



O nosso adversário: os socialistas em Portugal e na Europa.



Pacheco Pereira na apresentação da candidatura do PSD:

Os socialistas são as personagens erradas para este tempo difícil e duro.

Lá como cá, decidem pouco e mal. Lá como cá, são os mais conservadores, os que melhor se instalam.

Lá como cá, ameaçam acabar com o melhor que havia na ideia europeia e fomentar os egoísmos nacionais e a subserviência aos interesses ideológicos da sua família política.

[texto integral na pág. 4](#)

Defender Portugal na Europa !



O Parlamento Europeu é, cada vez mais, um órgão que decide. Os Tratados têm reforçado o seu poder.

Hoje, no PE já não se discutem apenas votos piedosos sobre os direitos humanos no Mundo. Hoje, o PE aprova linhas orçamentais, faz legislação e exerce a fiscalização sobre as instituições comunitárias.

Por isso, no próximo dia 13.Junho o que estará em causa não é uma competição de vaidades, a oportunidade para mais umas tiradas demagógicas ou uma forma de premiar ou coroar a carreira de quem quer que seja. No PE, o trabalho a fazer é defender Portugal na Europa; É lutar pelos interesses dos portugueses; É assegurar que não somos europeus de segunda mas somos tão europeus quanto os outros numa Europa que queremos de paz e de desenvolvimento; de justiça e de coesão económica e social.

Nesta última Carta da Europa antes das eleições uma palavra de agradecimento: aos colegas do Grupo Europeu do PSD que serviram nesta legislatura e com os quais foi possível trabalhar por e para Portugal. Uma palavra especial de agradecimento a Arlindo Cunha e a Carlos Pimenta com os quais fizemos a equipa da Coordenação.

Um agradecimento a todos quantos com a sua crítica amiga ajudaram a melhorar e a inovar no esforço que fizemos de dar mais e melhor informação, aproximando a Europa de Portugal.

Carlos Miguel Coelho

Co-incineração: PE dá razão ao PSD

Intervenção de Manuel Porto e texto de Carlos Pimenta

pág. 2

Conselho de Berlim

Intervenção de Arlindo Cunha

pág. 3

PE preocupado com Timor-Leste

Intervenção de Mendes Bota

pág. 8

Candidatos do PSD ao PE

Lista de candidatura do PSD

pág. 8

PE dá razão ao PSD na co-incineração



O Deputado **Manuel Porto**, usou da palavra no debate do Relatório Blokland, afirmando:

A iniciativa sujeita agora à nossa apreciação suscita um especial empenho no meu país, onde justificadamente se verificou uma reacção muito negativa à tentativa de atribuição pelo Governo da possibilidade de coincineração de resíduos tóxicos às duas grandes empresas cimenteiras nacionais.

Ninguém pode deixar de ser sensível à necessidade de se resolver o problema existente. Não pode todavia ser resolvido a qualquer preço. É indispensável que se trate de um processo 100% seguro e correcto, dos pontos de vista técnico e jurídico.

Para lá do reforço da prevenção, da reutilização e da reciclagem dos resíduos haverá que incinerar o restante. Só é admissível a utilização de instalações já existentes se houver a garantia absoluta de que não está em causa a saúde das pessoas. Trata-se de salvaguarda a ter especialmente em conta com os fornos de cimento.

Não é além disso aceitável que haja países com regulamentações menos exigentes, atraindo por isso o lixo dos demais. É esta agora a situação com as cimenteiras da Bélgica, que atraem os resíduos da Dinamarca, da Holanda e da Alemanha; tal como seria o caso de Portugal em relação à Espanha, se tivesse ido para diante a iniciativa do Governo Português de favorecimento das cimenteiras nacionais, queimando também os lixos do país vizinho.

Há que ser especialmente rigoroso no cumprimento das regras de concorrência, talvez com regras específicas a este propósito, para que um negócio muito lucrativo não seja atribuído sem a transparência indispensável.

Se ficar a mínima dúvida acerca da perigosidade da coincineração (com consequências dificilmente identificáveis, talvez só a longo prazo), há que assegurar que os resíduos sejam incinerados em incineradoras próprias, longe de qualquer população. Mesmo que sejam caras, justifica-se pagar o seu preço; de preferência em joint-ventures entre países vizinhos, que repartam os custos a suportar. Assim deverá acontecer na Península Ibérica, com a dimensão proporcionada por Portugal e Espanha.

Carlos Pimenta, cujo trabalho na Comissão de Ambiente foi essencial para este resultado, afirmou à comunicação social a propósito desta vitória:



Este voto do PE é o resultado antes de mais, do facto de registarmos com simpatia o facto dos limites das emissões (poluição atmosférica) propostos pela Comissão Europeia serem mais exigentes que os actualmente em vigor quer para a incineração quer para a co-incineração.

O PE dá, assim, razão ao PSD na sua luta contra a co-incineração na medida em que torna ainda mais exigentes os limites máximos considerando que estes envolvem algumas das substâncias químicas

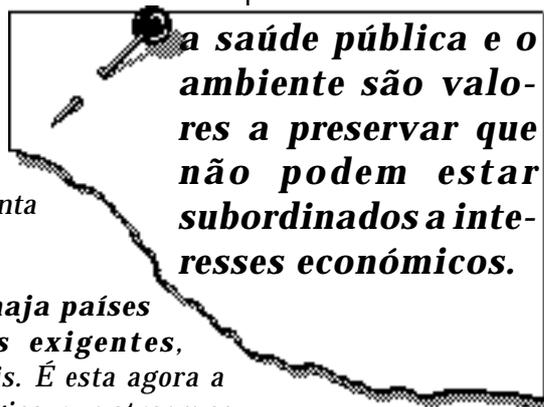
mais perigosas sob o ponto de vista do ambiente e da saúde pública (dioxinas, furanos, benzenos e outros orgânicos voláteis, NOX, CO (monóxido de carbono), entre outros.

O PE confirmou a posição defendida pelo PSD de que não é possível manter dois pesos e duas medidas e que a qualidade do ar que se respira

deve ter valores mínimos iguais em toda a União e não dependerem da força dos lobbies económicos que estão por detrás de cada operação. O PE definiu um processo e um calendário gradual tendente a harmonizar aqueles valores penalizando a co-incineração cujos valores máximos têm sido, incompreensivelmente mais permissivos.

Esperamos agora que a Comissão Europeia, à luz desta importante votação do Parlamento Europeu reveja a sua proposta de Directiva incorporando a mensagem clara que lhe foi transmitida pelo Parlamento de Estrasburgo: a saúde pública e a defesa do ambiente são valores a preservar que não podem estar subordinados aos interesses de alguns lobbies económicos.

Razão tinha o PSD quando se opôs ao licenciamento da co-incineração em Portugal.



Conselho de Berlim: Decepção !

Arlindo Cunha, Coordenador do PSD no Parlamento Europeu usou da palavra no debate sobre o Conselho de Berlim, exprimindo a decepção face aos resultados obtidos, especialmente no que representa de interesse directo para Portugal:

Senhora Presidente, caros colegas, o acordo conseguido em Berlim sobre a Agenda 2000 garantiu o regular funcionamento da União Europeia no curto prazo. Por isso deveremos felicitar a Presidência Alemã pelos esforços que desenvolveu para ultrapassar esta difícil fase da vida da União.

Mas se reconheço que este acordo resolve os problemas do curto prazo, não penso que ele tenha assegurado o futuro da União a longo e mesmo a médio prazo.

Em **primeiro** lugar porque nunca como agora veio ao de cima uma tão grande falta de **visão estratégica** na gestão política da UE, discutindo-se quase exclusivamente as questões contabilísticas do deve e haver de cada Estado Membro, e muito pouco as grandes opções políticas.

Em **segundo** lugar, porque **não houve coragem** para alterar o "status quo" das políticas comunitárias e seus efeitos distributivos, mesmo nos casos em que era mais evidente a sua necessidade, como no "cheque britânico" ou na Política Agrícola Comum.

Em **terceiro** lugar porque o financiamento do processo do **alargamento da União foi feito à custa de um não crescimento das políticas estruturais e de coesão** e do adiamento das reformas financeira e agrícola.

Em **quarto** lugar porque não se previu nenhum mecanismo especial para facilitar o **ajustamento das economias mais débeis e vulneráveis ao alargamento**, como é o caso da do meu próprio país, com uma estrutura industrial muito semelhante à dos futuros Estados Membros e com grandes problemas de adaptação.

Em **quinto** lugar a **reforma da PAC é adiada** nalguns sectores chave como o leite e lacticínios, mitigada noutros como os cereais e, essencialmente

desajustada às necessidades futuras da agricultura europeia.



O aumento de 14 000 milhões de euros para o desenvolvimento rural decidido em Berlim foi um passo sem dúvida positivo. Mas ele não impede que todo o conjunto do desenvolvimento rural (o designado segundo pilar) não atinja sequer 11% das despesas da PAC, quando deveria representar no mínimo um terço.

Manteve-se essencialmente o "status quo", o que significa que a PAC vai continuar a dar respostas muito desiguais aos agricultores e agriculturas da UE, e que não facilitou as negociações da próxima ronda da Organização Mundial de Comércio (OMC). O que significa que daqui por 2 ou 3 anos seremos terrivelmente pressionados pelo exterior para fazer uma nova reforma."

Por fim, quero dizer que, no que respeita a Portugal, o acordo sobre os Fundos Estruturais não teria sido mau se não estivessemos em vias de alargar a União a novos países. Como somos a economia mais vulnerável a esse alargamento e não houve qualquer compensação, o acordo foi mau.

E pior ainda foi a reforma da PAC, onde nem sequer foi reconhecida à agricultura mais atrasada da União Europeia a possibilidade de aumentar a sua área de regadio, não só para acolher o grande projecto do Alqueva, mas para o seu todo, já que é impossível qualquer modernização deste sector sem irrigação.

não houve coragem para alterar o "status quo" das políticas comunitárias. O Acordo foi mau para Portugal.



Já pode ver a **Carta da Europa** na Net no site do PPE

Pacheco Pereira, Cabeça de Lista do PSD ao Parl

Pacheco Pereira, Cabeça de Lista às eleições europeias, apresentou em Lisboa, no passado dia 15 de Abril a candidatura do PSD, com a seguinte Declaração que Carta da Europa publica na íntegra:

*Aceitei, aceitámos todos, com muita honra fazermos parte e, no meu caso pessoal, ser o cabeça de lista do PSD ao Parlamento Europeu. É um desafio político difícil, mas que empreendemos com gosto e dedicação pela possibilidade de **trabalharmos por Portugal e pelos portugueses no Parlamento Europeu.***

Nas circunstâncias em que surgiu a lista do PSD, torna-se claro que quem faz parte dela, não a procurou. Para muitos portugueses, os lugares no Parlamento Europeu são entendidos como benesses desejadas. Aqui tem pois uma lista de pessoas que nunca estiveram em qualquer fila de espera para esses lugares e que querem acima de tudo servir o seu País, a sua ideia de Europa e os portugueses.

*No momento em que se realizam estas eleições há, pela primeira vez desde o fim da II Guerra Mundial, uma guerra na Europa. Há sofrimento, terror, mortes, destruição de bens e recursos, violação sistemática dos direitos humanos, "limpezas étnicas", crimes de guerra. A um ano do ano 2000 esta realidade trágica, que ninguém pensava até há pouco ser possível, lança uma sombra de preocupação sobre o próximo século, e **obriga-nos a olhar para a construção da Europa com nova exigência.***

*Atravessada no passado pela cortina de ferro e pelo muro de Berlim, a Europa corre hoje o risco de ser **dividida de novo** por uma outra fronteira de desespero, ódio, incompreensão, miséria, e violência, que pode vir a dar origem ao crescimento e à emergência de um novo bloco político a Leste.*

Mais perigosa do que no passado, essa ferida aberta na Europa, é hoje muito mais indefinida e volátil. Não é feita de liberdades domadas pela ditadura e pelo terror, mas da perda das esperanças, do ressentimento, da humilhação. É uma combinação perigosa, muito perigosa e que nos diz directamente respeito, porque essa esperança que se perdeu e que hoje se traduz em

*humilhação e ressentimento, é a perda de esperança na própria Europa e nas suas instituições e na sua força. Muita coisa falhou a Leste, mas **entre as coisas que falharam conta-se a capacidade política integradora das instituições europeias que olharam com demasiada complacência o que se estava a passar.***

*As instituições europeias foram construídas desde a II Guerra Mundial **exactamente para evitar o que hoje acontece.** Foram feitas para evitar em primeiro lugar uma guerra na Europa, uma Europa que, desde que existe como identidade, nunca conhecera um período de paz tão longo como o que durou de 1945 até hoje. Essa paz foi feita pela Comunidade Europeia, pela União Europeia, pela OTAN, pelas democracias construídas na guerra fria, contra o totalitarismo. **Mas hoje vê-se que não foi suficiente.***

*Nos últimos anos, o ideal europeu foi transformado numa **questão de dinheiro, de fundos, de subsídios, e esquecemo-nos desta dimensão inicial e fundadora, aquela aliás que permitiu que a Europa se fizesse.** Frente ao momento mais perigoso das últimas décadas, **assiste-se a um cepticismo europeu na opinião pública de muitos países, e a um crescente egoísmo nacional** que as recentes dificuldades para concluir a chamada Agenda 2000 revela.*



*Tudo isto aconteceu e está a acontecer **numa Europa onde os socialistas são hoje governo** na maioria dos países, logo responsáveis pelo governo actual das instituições europeias. Há quem não goste de ver isto lembrado, de tornar este factor invisível. Não é o nosso caso.*

A Europa tornou-se crescentemente numa ideia administrativa e burocrática, denominada por uma retórica europeísta, a que faltava vontade política, o que sobrava em palavras. Em vez de se explorar completamente o que já existia no plano institucional e político, passou a

Há pela primeira vez, desde a II Guerra Mundial, uma guerra na Europa. Há sofrimento, terror, mortes, crimes de guerra.

amento Europeu na apresentação da Candidatura

querer-se cada vez mais resolver o défice de decisão pelo experimentalismo político, utópico e insensato.

Aqui corre-se hoje o sério risco de ver esgotado e não renovado o impulso que levou a ideia europeia do pós-guerra aos nossos dias, e que garantiu à Europa este longo passado de paz e de prosperidade.

A construção da União Europeia e do “euro” representam os momentos finais desse impulso hoje aparentemente esgotado. Os Governos socialistas, que hoje são maioritários, estão associados a esse cepticismo sobre a Europa, a que devem as suas vitórias eleitorais. Por detrás da retórica das boas intenções europeias, cresceram e viveram da falta de confiança no futuro da Europa.



Por tudo isto é vital voltar à Europa dos fundadores, voltar à Europa como ideia política destinada a garantir em primeiro lugar a paz, a segurança, o bem estar, a justiça social, os direitos humanos, e a democracia.

Os políticos que construíram a Europa

— na sua esmagadora maioria democratas-cristãos — sabiam que só podia ser assim. E foi assim até à última grande revolução política que foi a unificação alemã, que convém lembrar foi também obra de um político democrata-cristão com a forte oposição dos socialistas. Esta intenção inicial foi progressivamente sendo esquecida.

Por tudo isto queremos falar da Europa com uma linguagem nova, com preocupações novas e ideias novas. É a Europa do fim do século que temos de defrontar no decurso do nosso mandato europeu, que será muito diferente da que originou o Tratado de Roma ou de Maastricht.

E nesta nova Europa as diferenças vão ser mais de visões políticas do que de modelos salvíficos, vão ser mais de qualidade dos homens políticos, do que de

expressões de engenharia social europeia. Vão depender mais de escolhas dos povos em cada país, do que de decisões trans-nacionais.

tudo isto aconteceu e está a acontecer numa Europa onde os socialistas são Governo na maioria dos países.

Não contem connosco para continuar a alimentar polémicas como as do federalismo, que podiam ter algum sentido há dez anos atrás e que só continuam vivas por distração ou descuido, ou por falta de trabalho de casa. Os problemas agora são outros — são de visão política e não de modelos de organização.

A chave para muito do futuro da Europa vai estar por isso no debate público em cada país, e o Parlamento Europeu pode aí dar uma contribuição decisiva, suscitando os problemas políticos na sua especificidade europeia.

O nosso adversário são os políticos socialistas em Portugal e na Europa. Os socialistas são as personagens erradas para este tempo difícil e duro. Lá como cá, decidem pouco e mal. Lá como cá, são os mais conservadores, os que melhor se instalam. Lá como cá, ameaçam, pela inércia e a indecisão, acabar com o melhor que havia na ideia europeia, e fomentar os egoísmos nacionais e a subserviência aos interesses ideológicos da sua fraternidade política.

Dito tudo isto as nossas linhas de orientação de trabalho são as seguintes. Em tudo elas nos separam dos nossos adversários:

1) Deixar de falar a linguagem dos números, dos fundos, de subsídios, dos regulamentos, para voltar à Europa dos fundadores, uma Europa como ideia política destinada a assegurar em primeiro lugar a paz, a segurança dos Europeus, a democracia, a justiça social e o bem estar;

2) Compreender que é nos fundamentos culturais e civilizacionais da Europa que se encontra a fonte da paz e segurança dos povos e nações europeias, o que significa que a Europa não pode viver em paz se de um lado houver uma Europa rica, contente consigo própria, egoísta e do outro uma Europa pobre e humilhada, entre semi-democracias e ditaduras, tornando-se crescentemente anti-ocidental. Ou seja a Europa tem que ser construída de forma coerente, global, desinteressada, como se dizia antes do Atlântico aos Urais.

(Continua na pág. 6)

Declaração de Pacheco Pereira

(Continuação da pág. anterior)

3) **Combater o egoísmo nacional dos países mais ricos da Europa**, que beneficiam do mercado único e da crescente integração da economia europeia e, sob a liderança dos socialistas, se tem tornado cada vez mais os instrumentos de uma Europa tecnocrática, administrativa e sem alma, que gera cepticismo e descrença na opinião pública. Se continuarmos como estamos podemos ter que gastar em armas o que alguns pretendem poupar no esforço de coesão.

4) **Defesa intransigente dos interesses portugueses numa perspectiva europeia**.

Conosco nunca acontecerá o espectáculo vergonhoso de um Primeiro Ministro calado e quieto quando um seu correlegionário socialista, também Primeiro Ministro, o trata em público de forma paternalista como um remediado a que já não é preciso falar de dinheiro porque já tem o bastante.

5) **Valorização da identidade cultural e histórica de Portugal e dos portugueses**.

Sobre o homem económico não se constrói a independência de qualquer povo, mas apenas sobre o homem histórico e cultural. Menosprezar o significado estratégico de cultura como facto de identidade e riqueza, é esquecer que este é o factor essencial que permite que haja uma Europa das nações, sem sentimento de perda para cada uma delas, e que se a Europa não for das nações, pura e simplesmente não será.

6) Combater sem transigência aquilo que a hegemonia dos socialistas na política europeia está a trazer à Europa e a fuga para a frente dos povos, que é encontrar num inimigo externo - os EUA como eles o imaginam - as culpas da sua própria fragilidade.

7) **Não separar o combate europeu do combate político contra o PS em Portugal**.

A candidatura socialista nada tem a ver com o Parlamento Europeu, com a defesa dos interesses de Portugal na Europa, com uma visão de Portugal na Europa e da Europa no mundo. É um expediente destinado a preparar as eleições legislativas. Quer pela sua cabeça de lista — usado como grande bandeira para esconder um enorme vazio — quer

pela completa ausência de qualquer discurso consistente sobre a Europa, ou de uma equipa que não seja uma mera emanção das federações socialistas. O PS pede-nos para votar numa tradição e num passado, não num trabalho e num futuro. Pede-nos para votar no que se foi e não no que se é. Esta é uma realidade cruel, mas é uma realidade.

8) **Apresentar uma lista para trabalhar e não uma lista de funcionários políticos**.

Uma lista de gente diferente e diversa, que vive por si na sociedade, sem depender de cargos políticos, e que é capaz de falar com competência sobre política, cultura, economia, juventude.

Os candidatos do PSD são candidatos a sério. São para trabalhar no Parlamento Europeu

— onde sempre os deputados do PSD se destacaram entre os melhores junto com os de outro partido que não é certamente o PS.

São candidatos para defender Portugal e os seus interesses, contra o que e quem for necessário, sem se calarem em nome de irmandades políticas e ideológicas, que não colocam acima do interesse nacional.

O nosso portuguesismo e o nosso europeísmo — duas faces de uma mesma moeda política e cultural, com um significado complementar — não pedem meças a ninguém. Não sofremos de qualquer problema de identidade europeia porque estamos seguros da nossa identidade portuguesa.

O PSD sempre se considerou com orgulho o partido mais português de Portugal. Não significa isto que outros não o sejam ou não o sintam — mal de nós se nos considerarmos capazes de passar atestados de portuguesismo.

Mas só nós o dissemos e dizemos, por que temos um orgulho político e nos identificamos com a nossa História, com a nossa cultura, com o nosso saber, com as nossas virtudes e os nossos defeitos. É com este espírito e com esta força que vamos para a Europa.

A Europa tornou-se crescentemente numa ideia administrativa e burocrática a que falta em vontade o que sobra em palavras.

Por tudo isto, queremos falar da Europa com uma linguagem nova, com preocupações novas e ideias novas.



Arlindo Cunha: Reclama contra propostas demagógicas de alteração dos preços agrícolas

Os pacotes de preços, tomados numa base anual, foram no passado o principal instrumento de definição da política agrícola. Desde a reforma de 1992 que os pacotes de preços deixaram de ser esse instrumento definidor da política uma vez que a política agrícola comum é cada vez mais definida por horizontes de médio prazo. E aí estamos nós nesta reforma do ano de 1999, em que a política agrícola é definida para um horizonte de sete anos.

No futuro, portanto, os pacotes de preços servirão essencialmente para ajustar medidas de política agrícola a meio do percurso do horizonte de médio prazo. E, no que respeita a este pacote de preços 1999-2000, é evidente, todos o sabemos, que ele não tem qualquer papel em termos de definição de política agrícola, devendo ser apenas uma ponte entre o passado e o futuro, ou seja uma medida transitória de "status quo" até à aplicação da nova PAC no início do próximo ano.

Por isso, não faz nenhum sentido - temos de dizê-lo com sentido de responsabilidade - vir agora propor medidas inovadoras e, sobretudo, aumentos de preços quando, por unanimidade, o Conselho da Agricultura acaba de reduzir esses mesmos preços no quadro da Agenda 2000. E se o Parlamento Europeu aprovasse agora tais medidas estaria a perder a sua credibilidade.



Manuel Porto: Contra a taxaço diferenciada por motivos políticos da utilização de auto- estradas

É de saudar mais uma iniciativa da Comissão sobre a repartição dos encargos com as infraestruturas de transportes.

Há países em que as infraestruturas são pagas pelos utilizadores, com a tributação dos combustíveis e portagens, e outros em que o são através dos orçamentos públicos.

Para além disso importa que haja uma distribuição correcta dos encargos com cada modo e via de transporte, justa e que não distorça a concorrência. E importa igualmente que não se verifique a situação do meu país, onde pontes e rodovias com as mesmas características (de auto-estradas) estão ou não sujeitas a portagens (ou a portagens muito diferentes) consoante

o peso político das zonas servidas.

Neste quadro é especialmente chocante que, por essa razão, sejam afastadas portagens nas áreas metropolitanas, onde vivem as pessoas de maiores rendimentos e onde importava desincentivar a utilização de veículos privados; mantendo-se em zonas mais desfavorecidas onde, não havendo manifestações populares nem custos eleitorais, são agravadas todos os anos.

Eventuais problemas de congestionamento são afastados com sistemas de pagamento automático, como a via verde em Portugal. E embora noutra lógica, mas por razões sociais compreensíveis, pode estabelecer-se um limite máximo de pagamento mensal para quem tenha a necessidade de utilizar diariamente as infraestruturas.



Mendes Bota: Reclama maior cooperação entre os serviços aduaneiros dos Estados-Membros

Não é possível concretizar o mercado interno de amplas liberdades de circulação e de concorrência leal no espaço da União entre os agentes económicos se persistirem 15 sistemas aduaneiros incoerentes e desconexos entre si.

Como é que se pode combater a fraude fiscal, o crime organizado ou proteger os interesses financeiros e orçamentais da União, se os diferentes sistemas informáticos aduaneiros continuarem sem ligação entre si, apesar das possibilidades de que dispõem o Programa ALFÂNDEGA 2000 ou o Programa IDA para a informatização no domínio aduaneiro?

Seis anos depois do mercado único convenhamos que os resultados são decepcionantes. Falta cooperação entre os Estados membros. Os serviços aduaneiros em muitos países vivem ainda na era do papel e do processamento manual, num total desajustamento tecnológico face às exigências da sociedade moderna.

A explosão das trocas comerciais que vai marcar o mundo nos próximos anos não se compadece com estes atrasos sob pena de se prejudicarem fortemente os cofres da União, espoliados de uma parte significativa dos seus recursos próprios mais importantes: os direitos aduaneiros, os direitos niveladores agrícolas.

Como compreender a falta de eficácia na formação coerente dos funcionários, das diferentes administrações aduaneiras, apesar de o Programa MATHÁUS já se encontrar em vigor há mais de seis anos? Falar de processamentos alfandegários traz-nos à memória uma imagem negativa de burocracia, falta de eficiência e de duplicação de acções.



Mendes Bota em defesa de Timor-Leste

O Deputado **Mendes Bota** usou da palavra no debate sobre os últimos acontecimentos em Timor-Leste, designadamente o massacre de Liquiçá:

Senhor Presidente, o massacre de Liquiçá é apenas o último episódio sangrento de que é vítima o povo timorense. Foi a 6 e 7 de Abril que pereceram 25 vítimas civis da milícia armada que dá pelo nome de "Meraputi" com a conivência activa da brigada móvel da unidade da polícia de elite da Indonésia.

Exigimos um inquérito internacional. Exigimos a responsabilização dos criminosos. E não podemos aceitar que a violência seja o pretexto para adiar as reuniões entre Portugal e a Indonésia sob a égide da ONU para que se estabeleça um texto que funde o estatuto da autonomia daquele território.

A ONU não pode virar as costas, tem que ter uma força no terreno, para garantir a paz e para garantir esta mesma consulta. Nós denunciámos aqui o cinismo do regime da Indonésia que, ao mesmo tempo que garante que está a defender os direitos do Homem, está a armar as milícias que chacinam o povo.

E daqui enviamos uma palavra de solidariedade a Xanana Gusmão, o homem que em 1992 foi condenado a vinte anos de prisão, que está actualmente em prisão domiciliária mas ameaçado de voltar à prisão, ao cárcere total, apenas porque apelou à auto-defesa do povo timorense.

Sobre Timor, o PE decidiu:

Na Resolução aprovada depois de se fazer referência expressa ao massacre de Liquiçá e ao ataque à comitiva do Arcebispo de Dili, D. Ximenes Belo, o Parlamento Europeu, entre outros pontos, aprovou:

- considera que esta **acção criminosa** dos grupos paramilitares, de que são cúmplices a polícia e o exército indonésios, **contribuiu para o agravamento significativo da grande tensão em Timor-Leste;**
- exige que as autoridades indonésias **interrompam imediatamente o apoio militar e logístico aos grupos paramilitares** e procedam ao desarmamento e dissolução destas unidades e a uma redução drástica da sua presença militar no território de Timor-Leste;
- solicita às autoridades indonésias que envidem todos os esforços para que o povo de Timor-Leste possa exercer em paz o seu direito à autodeterminação e convida, desde já, as **Nações Unidas a preverem uma missão encarregada da preparação, supervisão e protecção do processo de consulta visando optar entre um regime de autonomia e de independência do território;**
- exige a **libertação imediata e incondicional de Xanana Gusmão e de todos os outros presos políticos**

LISTA DO PSD CANDIDATA AO PARLAMENTO EUROPEU:

1. José Pacheco Pereira
2. Vasco Graça Moura
3. Teresa Almeida Garrett
Lucas Pires
4. Arlindo Cunha
5. Carlos Costa Neves
6. Sérgio Quaresma Marques
7. Jorge Moreira da Silva
8. Carlos Miguel Coelho
9. Fernando Reis
10. Maria Manuela Nogueira
Pinto Teixeira
11. Regina Maria Pinto da
Fonseca Ramos Bastos
12. Silva Marques
13. Joaquim Carlos
Piscarreta Rego
14. João Gouveia
15. Carlos Marta Gonçalves
16. Raquel da Conceição
Rogado Calixto Cardoso
17. Maria João Furtado
18. Francisco Baptista
Tavares
19. Jorge Nuno Fernandes
Traila Monteiro de Sá
20. Joaquim Cândido
Ferreira de Lacerda
21. Fernando Manuel Lopes
Penha Pereira
22. Carla Manuela Ferreira
Paçó Martins
23. Maria da Conceição
Ribeiro Calhamar
24. Leonor Grilo Dórdio
25. Manuel Patrício

SUPLENTES

- Eunice Muñoz
- António Maria Pereira
- António d' Orey Capucho

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes**

rue Wiertz - LEO 13E153 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551